

PROJETO MOSAICOS DO CORREDOR DA SERRA DO MAR (IA-RBMA / CEPF)

Justificativa de Criação

Elaborado por Bruno Coutinho e Leonardo Freitas

Introdução

No interior do complexo de ecossistemas que caracteriza o bioma da Mata Atlântica, determinadas regiões são consideradas prioritárias para conservação, como o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar. Este fato está associado às boas condições de conservação de diversas áreas dessa região, que se reflete em um alto grau de diversidade biológica, na existência de endemismos e na ocorrência de espécies raras e ameaçadas de extinção nos ecossistemas regionais. Está associado também à interação intensa desses recursos com a ação humana, já essa região engloba algumas das áreas mais densamente populosas do Brasil.

Em especial, determinadas porções do Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar têm sido consideradas como de prioridade extrema para conservação. Entre essas áreas, a região proposta para o **Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense**, que abrange a Serra dos Órgãos e se estende do Maciço do Tinguá até Macaé de Cima, incluindo a parte leste da Baía de Guanabara, merecem destaque, sendo consideradas de extrema prioridade para conservação por diversas publicações do MMA (MMA, 2002; PROBIO - Relatório 1996-2002; MMA, 2005).

Grande parte desta prioridade relaciona-se às características geobiofísicas dessa região. A região serrana que compõe o mosaico está na faixa de dobramento remobilizado formado por escarpas e reversos da Serra do Mar. As encostas apresentam grande declividade e os rios que drenam os maciços formam canais estreitos e profundos, As encostas apresentam grandes altitudes à base dos maciços montanhosos, freqüentemente cobertas por florestas e paredões rochosos. As regiões de baixada localizam-se na foz de diversos rios, que nessa porção do Mosaico apresentam aspecto meandrônico, possibilitando a tomada das margens por vegetação de manguezal. Esses rios são os principais elos das regiões de baixada com as demais áreas do mosaico. Neste contexto, a APA de Macacu e de Guapi-Guapiaçu apresentam uma situação ambiental ambígua, com grande parte de condições semelhantes às encontradas nas UCs serranas, mas com a parte baixa formada por manguezais. Além disso, estas UCs possuem ambientes de morrotes em meia laranja, que apresentam uma dinâmica distinta, com a ocorrência freqüente de alagamentos e uma ocupação relacionada à agricultura e pecuária, que praticamente eliminou os ecossistemas de florestas paludosas que dominavam esses ambientes.

Deste modo, a vegetação predominante no Mosaico varia desde manguezais, passando por florestas de baixada e florestas de encostas. As florestas podem ser classificadas como Floresta Ombrófila Densa, mas apresentando grande diferenciação altitudinal. Veloso *et al.* (1991), reconheceram as seguintes formações: Floresta Submontana, Floresta Montana, Floresta

Alto Montana e Campos de Altitude, cuja variação está relacionada à variação de faixas de altitude e correspondentes alterações na temperatura e pluviometria das áreas. A formação florestal caracteriza-se por ser perenifólia, já que essas florestas estão em ambientes sem períodos de seca ou com períodos curtos, menores que dois meses. Porém, nos reversos da Serra do Mar já são encontradas formações semi-caducifólias, pois essa região está sujeita a um regime hídrico com seca mais acentuada no inverno. Os Campos de Altitude merecem destaque, pois apresentam grau acentuado de endemismo e de ocorrência de espécies raras, sendo um ambiente único em termos de diversidade e considerado primordial para a conservação. Há ainda importantes áreas de vegetação rupestre ou rupícula, que colonizam os afloramentos rochosos e apresentam relevantes graus de diversidade biológica e endemismos.

À grande diversidade vegetal está associada uma importante diversidade animal. Desse modo, a região serrana do Mosaico apresenta fauna abundante e diversa, sendo refúgio de várias espécies animais, muitas ameaçadas de extinção.

Além de uma variação geobiofísica relevante, o Mosaico apresenta diversas realidades sociais, associadas a um complexo urbano-industrial e de serviços, entrecortado por áreas específicas de agricultura e pecuária.

Há uma grande parte da população da área do Mosaico e seu entorno que vive em condições de pobreza e miséria, muitas vezes em locais onde as condições ambientais.

Uma característica marcante do Mosaico são os aglomerados populacionais existentes em alguns municípios, com destaque para Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e São Gonçalo. Além disso, são importantes em muitas áreas do Mosaico as pequenas propriedades rurais (sobretudo no cinturão verde - em Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu) com atividades agropecuárias, geralmente de grande potencial para a degradação ambiental por utilizarem técnicas de produção nocivas à conservação. Por fim, em muitas áreas há problemas derivados da ocupação do solo por indústrias, devido ao potencial poluidor de muitas destas e do risco de acidentes, comuns na região.

Localização e Composição do Mosaico

O mosaico proposto abrange área de 13 municípios (Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Miguel Pereira, São José do Vale do Rio Preto e Cachoeiras de Macacu), que juntos possuem mais de 3,7 milhões de habitantes. Trata-se de uma área com população 97% urbana e de alta densidade demográfica. Porém existem grandes áreas de população rarefeita, com importantes representações locais de atividades agropecuárias.

A região proposta para o **Mosaico** apresenta uma grande concentração de Unidades de Conservação. Predominam as UCs de proteção integral nas áreas com grandes fragmentos de mata e núcleos conservados desses fragmentos e as UCs de uso sustentável em áreas dos entornos desses fragmentos e em áreas onde ainda existem importantes conjuntos de pequenos

fragmentos de vegetação. Portanto, há UCs de diversas categorias, geridas por diferentes esferas do poder público e mesmo por proprietários particulares, incluindo desde Reservas Biológicas até APAs. Estas UCs apresentam grande proximidade física, havendo casos diversos de sobreposição. Além disso, é comum que as UCs apresentem similaridades e complementaridades nos objetivos de conservação, de modo que a integração na gestão dessas UCs é um imperativo regional. Portanto, através do presente documento as UCs dessa região propõe a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense

Este Mosaico está localizado no Estado do Rio de Janeiro e possui área total do Mosaico é de 233.710,52 hectares.

Este mosaico será formado pelas UCs listadas abaixo e apresentadas na figura 3

Unidades de Proteção Integral:

Federais:

- REBIO do Tinguá
- PARNA da Serra dos Órgãos
- ESEC Guanabara

Estaduais

- REBIO Araras
- ESEC Paraíso
- Parque Estadual dos Três Picos

Municipais:

- Parque Natural Municipal da Taquara
- Parque Natural Municipal de Araras
- Monumento Natural Pedro das Flores

Particulares

- RPPN EI Nagual
- RPPN Fazenda Querência
- Pedra Amarílis
- Graziela Nosso Senhor Barroso
- Mata dos Pilões
- CEC Tinguá

Unidades de Uso Sustentável:

Federais:

- APA de Petrópolis
- APA de Guapimirim

Estaduais:

- APA da Bacia do Frade
- APA da Floresta do Jacarandá

- APA Macacu
- APA de Macaé de cima (FEEMA)

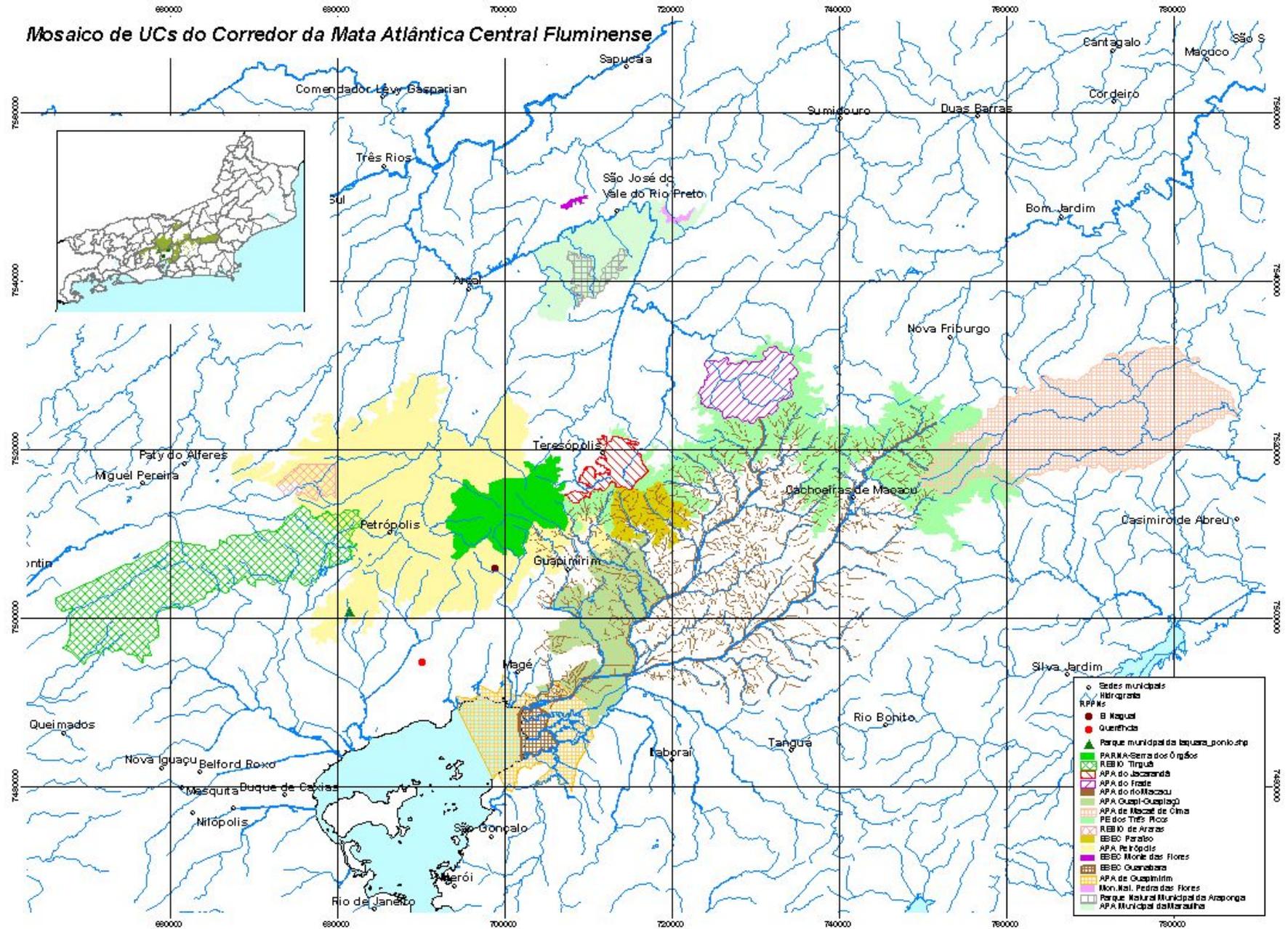
Municipais:

- APA Guapi-Guapiaçu
- APA Maravilha

São seis categorias de unidades já integradas a presente proposta: seis Áreas de Proteção Ambiental, três Parques, duas Reservas Biológicas, duas Estações Ecológicas, um Monumento Natural e seis Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Deve ser ressaltado, que outras UCs podem vir a integrar o Mosaico no futuro, pois nem todas as RPPNs e UCs municipais existentes na região foram incluídas. Essas podem ser estimuladas pelo movimento concreto de discussões e ações envolvidas no Mosaico.

Há grande conectividade física entre a maior parte das UCs do Mosaico e uma conectividade ecossistêmica com a baixada através das APAs de Guapi-Guapiaçu e do Macacu, que se unem a APA de Guapimirim e a ESEC Guanabara. As UCs municipais de São José do Rio Preto, apesar de não possuírem conectividade direta com as demais UCs, possuem uma interação de gestão que vem sendo bastante ampliada na discussão do Mosaico

Mosaico de UCs do Corredor da Mata Atlântica Central Fluminense



Características gerais das UCs que compõe o Mosaico

1. UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Reserva Biológica do Tinguá – Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal nº 97.780, de 23 de Maio de 1989.

Área Mapeamento - 26.136,4 hectares.

Municípios que abrange - Japeri, Miguel Pereira, Petrópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da REBIO - Luís Henrique dos Santos Teixeira

Documentos de Planejamento - Plano de Gestão – 1996; Plano Operacional – 2005 (Voltada a Brigada de incêndios); Plano de Manejo – Será publicado em breve

Conselho Consultivo – Existente e atuante

Estação Ecológica da Guanabara - Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal s/n de 15 de fevereiro de 2006.

Área Mapeamento – 1906,5 hectares.

Municípios que abrange – Guapimirim e São Gonçalo

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da ESEC - Breno Herrera

Documentos de Planejamento – A UC foi criada recentemente e ainda não possui instrumentos de gestão.

Conselho Consultivo – Inexistente

Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Federal

Instrumento de Criação - Decreto Federal nº 1.822 de 30. de novembro de 1939.

Área Mapeamento - 10.619,1 hectares

Municípios que abrange – Petrópolis, Guapimirim, Magé e Teresópolis Guapimirim e São Gonçalo

Órgão responsável pela UC - IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe do PARNASO - Ernesto Viveiros de Castro

Documentos de Planejamento – Plano de Ação Emergencial – 1995; Plano Operacional – 2005 (Voltada a Brigada de incêndios); Plano de Manejo – 1980, que está sendo atualizado e será publicado em breve.

Conselho Consultivo-Formado em agosto de 2002 e atuante

Reserva Biológica de Araras - Estadual

Instrumento de Criação - Resolução da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de 07 de julho de 1977.

Área Mapeamento - Cerca de 2.131,0 hectares.

Municípios que abrange – Petrópolis e Miguel Pereira

Órgão responsável pela UC – IEF - Rio de Janeiro

Profissional responsável pela UC – Técnicos do IEF - Ricardo Ganen

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo em elaboração

Conselho Consultivo – Inexistente

Estação Ecológica do Paraíso – Estadual

Instrumento de Criação - Decreto Estadual nº 9.803 de 12 de março de 1987.

Área Mapeamento – 4749,7 hectares

Municípios que abrange – Guapimirim e Cachoeiras de Macacu

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe do Centro de Primatologia – Alcides Piccinatti

Documentos de Planejamento – Plano Diretor

Conselho Consultivo – Inexistente

Parque Estadual dos Três Picos - Estadual

Instrumento de Criação - Decreto estadual nº 31.343 de 05 de junho de 2002.

Área Mapeamento - Cerca de 46.272,1 hectares.

Municípios que abrange – Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim.

Órgão responsável pela UC – IEF - Rio de Janeiro

Profissional responsável pela UC – Chefe do PETP – Flávio Luiz de Castro Jesus

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo em elaboração

Conselho Consultivo – Implantado e em início de atividades

Parque Natural Municipal da Taquara – Município de Duque de Caxias

Instrumento de Criação – Lei Municipal nº 1.157 de 11 de dezembro de 1992.

Área decreto – Cerca de 19,4 hectares.

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias

Profissional responsável pela UC – Chefe do Parque - Vera Lúcia

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo elaborado e em utilização

Conselho Consultivo – Em implantação

Parque Natural Municipal da Araponga – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.653 de 05 de junho de 2006.

Área Mapeamento – 1978,9 hectares

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

Monumento Natural Pedra das Flores – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.651 de 05 de junho de 2006.

Área Mapeamento – 334,7

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

Estação Ecológica Monte das Flores – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.654 de 05 de junho de 2006.

Área Mapeamento – 209,3

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Frões

Documentos de Planejamento – Não possui documentos de planejamento

Conselho Consultivo – Inexistente

2. UCS DE USO DIRETO

Área de Proteção Ambiental de Petrópolis - Federal

Instrumento de Criação – Decreto nº 1.654 de 87.561, de 13 de setembro de 1982 e delimitada 10 anos depois, pelo Decreto Nº 527, em 20 de maio de 1992.

Área Mapeamento – 59.618,4 hectares

Municípios que abrange – Petrópolis, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim.

Órgão responsável pela UC – IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Petrópolis - Yara Valverde.

Documentos de Planejamento – Plano de Manejo está sendo atualizado, possui Zoneamento de 2002 e Plano de Ação (anual)

Conselho Consultivo – Atuando desde 2000.

Área de Proteção Ambiental de Guapimirim - Federal

Instrumento de Criação – Decreto Federal nº 90.225, de 25 de setembro de 1984.

Área Mapeamento – 13.929,4 hectares

Municípios que abrange – Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo.

Órgão responsável pela UC – IBAMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Guapimirim - Breno Herrera.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor elaborado em 2004.

Conselho Consultivo – Atuando desde 2004.

Área de Proteção Ambiental do Rio Macacu - Estadual

Instrumento de Criação – Lei Estadual nº 4.018, de 05 de dezembro de 2002.

Área Mapeamento – 19.507,2 hectares

Municípios que abrange – Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Itaboraí.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor já elaborado, mas ainda não aprovado.

Conselho Consultivo – Não possui conselho consultivo

APA da Bacia do Frade – Estadual

Instrumento de Criação – Lei Estadual nº 1755, de 27 de novembro de 1990.

Área Mapeamento – 6949,3 hectares

Municípios que abrange – Teresópolis.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista

Documentos de Planejamento – Não possui.

Conselho Consultivo – Implantado e atuando. Vale ressaltar que este conselho é o mesmo da APA da Floresta do Jacarandá, pois esta UC é muito próxima da APA do Frade, de modo que os atores sociais que atuam em ambas as APAs são praticamente os mesmos.

APA da Floresta do Jacarandá – Estadual

Instrumento de Criação – Decreto Estadual nº 8.280, de 23 de julho de 1985.

Área Mapeamento – 3.280,8

Municípios que abrange – Teresópolis.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Chefe da Divisão de Estudos Ambientais – João Batista.

Documentos de Planejamento – Plano Diretor elaborado e aprovado e em utilização.

Conselho Consultivo – O mesmo conselho existente para a APA da Bacia do Frade.

APA de Macaé de cima – Estadual

Instrumento de Criação – Decreto Estadual nº 29.213, de 14 de setembro de 2001.

Área Mapeamento – 35.037,8 hectares

Municípios que abrange – Nova Friburgo Casemiro de Abreu.

Órgão responsável pela UC – FEEMA

Profissional responsável pela UC – Técnico da Divisão de Estudos Ambientais e Presidente do Conselho Consultivo – Eduardo Soares Cruz

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Implantado desde 2005.

APA Guapi-Guapiaçu – Município de Guapimirim

Instrumento de Criação – Decreto Municipal nº 620, de 22 de dezembro de 2004.

Área Mapeamento – 15.714,6

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim

Profissional responsável pela UC – Chefe da APA Guapi-Guapiaçu e Secretário Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim - Maurício Abreu

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Não Possui.

APA Maravilha – Município de São José do Vale do Rio Preto

Instrumento de Criação – Decreto Municipal nº 1.652 de 05 de junho de 2006.

Área Mapeamento – 13.223,4 hectares

Órgão responsável pela UC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto

Profissional responsável pela UC – Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto - Marco Aurélio Fróes

Documentos de Planejamento – Não Possui.

Conselho Consultivo – Não Possui.

RPPN El Nagual

Instrumento de Criação – Portaria 24 de 2003 do Ministério do Meio Ambiente.

Área oficial – 17,2 ha.

Municípios que abrange – Magé.

Instituição Gestora – Mariana Andrea Devoto Kalloch & Horst Erhard Bernhard Kalloch
Profissional responsável pela UC – Horst Erhard Bernhard Kalloch
Documentos de Planejamento – Possui Plano de Manejo.
Conselho Consultivo – Não possui.

RPPN Mata dos Pilões

Instrumento de Criação – Esta UC foi criada pela resolução 02001.000232/05-71 , da Diretoria de Ecossistemas do Ibama / MMA.

Área oficial – 20,6 ha.

Municípios que abrange – Petrópolis.

Instituição Gestora – P.A. RBMA Fazenda Santo Antonio

Profissional responsável pela UC – Técnico Responsável - Theodoro de Hungria Machado

Documentos de Planejamento – Plano de Gestão em elaboração.

Conselho Consultivo – Em processo de criação.

RPPN Fazenda Querência

RPPN Pedra Amarílis

RPPN Graziela Nosso Senhor Barroso

RPPN CEC Tinguá